



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 1 de abril de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos de Gestão e Despesas

BALANÇO PATRIMONIAL 2025- HG GUAIANASES

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balanço Patrimonial

CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA
ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA - HOSPITAL GERAL DE
GUAIANASES
CNPJ: 60.742.616/0023-75

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	N.E	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Circulante		24.802.732
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	23.318.335
Contas a Receber	4	60.000
Outros Créditos	5	44.370
Estoques	6	1.380.027
 Não Circulante		 10.685
Imobilizado - NBC TG 07	7	10.685
 TOTAL DO ATIVO		 24.813.417

CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA
ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA - HOSPITAL GERAL DE
GUAIANASES
CNPJ: 60.742.616/0023-75

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	N.E	Período de 01/08/25
		a 31/12/25
Circulante		24.802.732
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	23.318.335
Contas a Receber	4	60.000
Outros Créditos	5	44.370
Estoques	6	1.380.027
 Não Circulante		 10.685
Imobilizado - NBC TG 07	7	10.685
 TOTAL DO ATIVO		 24.813.417

		Período de 01/08/25 a 31/12/25
PASSIVO	N.E	
Circulante		24.802.732
Fornecedores		3.346.180
Obrigações Trabalhistas e Sociais	8	1.789.496
Férias e Encargos	9	653.045
Obrigações Tributárias	10	538.795
Outras Contas a Pagar		175.601
Verbas de Subvenções	11	18.299.615
 Não Circulante		 10.685
Recursos Aplicados em Imobilizado NBC TG 07	7	10.685
 Patrimônio Líquido	13	 -
Patrimônio Social		760.997
Resultado do Período		(760.997)
TOTAL DO PASSIVO		24.813.417

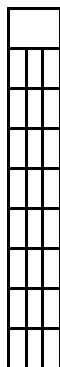
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Em reais

		Período de 01/08/25 a 31/12/25
	N.E	
RECEITAS OPERACIONAIS		24.769.260
Verbas Públicas	14	24.767.997
Outras Receitas		1.263
DESPESAS OPERACIONAIS		(25.530.265)
Pessoal e Encargos	15	(7.881.939)
Serviços Prestados por Terceiros		(13.074.868)
Medicamentos e Materiais	16	(4.149.227)
Administrativas e Gerais	17	(97)
Serviços de Utilidade Pública	18	(385.509)
Locações		(33.026)
Tributárias		(5.586)
Depreciação		(13)
DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(761.005)
RESULTADO FINANCEIRO	19	8
Receitas Financeiras		2.138
Despesas Financeiras		(2.130)
RESULTADO DO PERÍODO	13	(760.997)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em reais

		Patrimônio Social	Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2024	13	-	-	-
Movimentação do Período				
Incorporação ao Patrimônio Social do Déficit do ano anterior		-	-	-
Transferências Patrimoniais		760.997	-	760.997
Déficit do Exercício		-	(760.997)	(760.997)
Saldos em 31/12/2025	13	760.997	(760.997)	-

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - METODO INDIRETO

Em reais

Período de
01/08/25 a 31/12/25

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Déficit do Exercício	(760.997)
Transferência Patrimonial	760.997
Depreciação	13
Resultado Ajustado	13
VARIAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO	23.318.335
(Aumento) Diminuição nos Ativos	
Contas a receber	(60.000)
Outros Créditos	(44.370)
Estoques	(1.380.027)
Aumento (Diminuição) nos Passivos	
Fornecedores	3.346.180
Obrigações Trabalhistas e Sociais	1.789.496
Férias e Encargos	653.045
Obrigações Tributárias	538.795
Outras Contas a Pagar	175.601
Verbas de Subvenções	18.299.615
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	23.318.348
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisições de Imobilizado	(10.698)
Recursos Aplicados em Imobilizado NBC TG 07	10.685
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(13)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23.318.335
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	23.318.335
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23.318.335

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em reais

Período de
01/08/25 a 31/12/25

RECEITAS	24.769.260
Verbas Públicas	24.767.997
Outras Receitas	1.263
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(17.609.701)
Serviços Prestados por Terceiros	(13.074.868)
Medicamentos e Materiais	(4.149.227)
Administrativas e Gerais	(97)
Serviços de Utilidade Pública	(385.509)
VALOR ADICIONADO BRUTO	7.159.559
DEPRECIACÃO	(13)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	7.159.546
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.138
Receitas Financeiras	2.138
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	7.161.684
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7.161.684
Pessoal	7.881.939
Salários	7.078.470
Benefícios	246.404
FGTS	557.065
Tributárias	5.586
Federais	1.559
Municipais	4.028
Remuneração de Capitais de Terceiros	35.156
Despesas Financeiras	2.130
Locações	33.026
Remuneração de Capitais Próprios	(760.997)
Déficit do Exercício	(760.997)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

—

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Guaianases, doravante denominada Hospital Geral de Guaianases (HGG), é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, filial da Casa de Saúde Santa Marcelina, inscrita no CNPJ nº 60.742.616/0023-75, com sede na Avenida Miguel Achiole da Fonseca, nº 1.092, Jardim São Paulo, Município de São Paulo – SP, CEP 08461-110.

A Instituição tem por missão difundir o carisma das Irmãs de Santa Marcelina por meio de uma assistência hospitalar integral, humanizada e orientada por elevados padrões técnicos, éticos e de qualidade, estando seus profissionais inseridos em programas permanentes de Segurança do

Paciente e em um modelo de gestão compartilhada, transparente e orientado a resultados, com foco na melhoria contínua da assistência prestada à população.

O Hospital Geral de Guaianases – “Jesus Teixeira da Costa”, unidade com 33 anos de história assistencial, encontra-se, desde 01 de agosto de 2025, sob a administração do Santa Marcelina Saúde, em decorrência do Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, conforme Processo SEI nº 024.00057248/2025-21, regido pela Lei Complementar Estadual nº 846, de 04 de junho de 1998, com prazo de vigência de 05 (cinco) anos.

Ao longo de sua trajetória, o Hospital passou por diferentes ciclos operacionais, incluindo períodos de redução da oferta de serviços assistenciais à população. A atual gestão inaugura uma nova fase institucional, pautada na retomada progressiva e sustentável do funcionamento pleno da unidade, com planejamento técnico, responsabilidade fiscal e foco na segurança assistencial.

Essa transição vem sendo conduzida de forma gradual, estruturada e por etapas, conforme previsto no contrato de gestão, assegurando a continuidade do atendimento, a reorganização dos processos assistenciais e administrativos e a mitigação de riscos operacionais, de modo a garantir a perenidade e a maturidade dos processos implementados.

No âmbito da retomada produtiva, destaca-se que, ao final do exercício de 2025, o Hospital retomou de forma organizada a realização de procedimentos cirúrgicos eletivos, inclusive por meio de processos de mutirões cirúrgicos, contribuindo de maneira relevante para a redução da demanda reprimida e para o fortalecimento da rede regional de atenção cirúrgica. Para o exercício de 2026, a projeção institucional é de ampliação progressiva dessa linha de cuidado, com incremento da capacidade cirúrgica instalada e regularização da produção assistencial.

O planejamento assistencial contempla, ainda, a introdução gradual de novas linhas de cuidado, alinhadas às necessidades regionais e à capacidade operacional da unidade, destacando-se, entre elas, a implantação da linha de Urologia, de forma integrada à rede temática de atenção à saúde.

No horizonte dos próximos 24 meses, a proposta institucional é a retomada de 100% do funcionamento do Hospital, com a ativação progressiva de quase 260 leitos operacionais, ampliando de maneira sustentável a capacidade instalada e fortalecendo a participação do HGG nas Redes Temáticas de Atenção à Saúde, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

No âmbito da atenção materno-infantil, o Hospital dispõe de leitos complementados por Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional (UCINCo) e Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Canguru (UCINCa), assegurando suporte integral ao recém-nascido. A maternidade conta com 48 leitos, encontrando-se em processo de reestruturação para implantação de salas PPP (Pré-parto, Parto e Puerpério), visando à consolidação de um modelo assistencial mais humanizado.

Na atenção clínica e cirúrgica, a unidade disponibiliza aproximadamente 80 leitos de enfermaria, destinados a internações eletivas e a pacientes provenientes do Pronto-Socorro, estes em processo gradativo de abertura. A linha de Saúde Mental conta com 24 leitos, com previsão de expansão gradual em 2026, conforme consolidação da estrutura assistencial e de recursos humanos especializados.

O Pronto-Socorro dispõe de 18 leitos de observação, 8 leitos de emergência, salas de estabilização clínica - adulto e infantil, o que nos permite assegurar resposta assistencial adequada às situações de maior gravidade clínica.

Todo o processo de reorganização, retomada produtiva e ampliação assistencial está alinhado à estratégia institucional da Presidência do Santa Marcelina Saúde, cujo compromisso é ampliar a oferta de serviços de forma sustentável, regionalizada e tecnicamente segura, assegurando equilíbrio

econômico-financeiro, complexidade assistencial compatível com o território e integração efetiva às redes de atenção à saúde.

Certificações Públicas:

A Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Guaianases, é filial da Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade filantrópica sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais; é qualificada como Organização Social de Saúde, de acordo com as disposições da Lei Complementar 846/1998, por meio do Processo SEI nº 024.00057248/2025-21, perante o Governo do Estado de São Paulo, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades na área da Saúde.

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Casa de Saúde Santa Marcelina, foi deferido em 17 de novembro de 2023 através da portaria nº 959 de 13 de novembro de 2023, com validade até o dia 31 de dezembro de 2024. A entidade protocolou em 16/09/2024, de modo tempestivo, o seu requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.139005/2024-38, em cumprimento ao que dispõe o § 1º do artigo 37, da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2021, na qual prevê que “será considerado tempestivo o requerimento de renovação da certificação protocolado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação”. O processo se encontra aguardando a manifestação do Ministério da Saúde – MS e até a presente data não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, que estabelece: “A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado”.

Áreas de atuação e objeto social

Classificado como hospital geral de média complexidade, o Hospital Geral de Guaianases tem sua oferta assistencial estruturada nas seguintes áreas: Saúde do Adulto, Saúde da Mulher, Saúde Mental, Clínica Cirúrgica e Ortopedia, atendendo a um território de abrangência com população estimada em aproximadamente 230 mil habitantes, conforme dados censitários, consolidando-se como importante referência em saúde no extremo leste do Município de São Paulo, bem como para municípios limítrofes.

Os serviços prestados à população compreendem:

- atendimento às urgências e emergências, por meio de Pronto-Socorro de portas abertas, com acolhimento e classificação de risco;
- atendimentos ambulatoriais médicos e não médicos, por meio de Ambulatório de Especialidades, com ênfase em especialidades cirúrgicas;

- Maternidade, atendendo tanto demanda referenciada quanto demanda espontânea;
- atendimento a pacientes externos por meio da oferta de Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT) à rede de saúde, via regulação.

O Hospital dispõe de diversos serviços de apoio diagnóstico, essenciais às atividades assistenciais, incluindo laboratório de análises clínicas e serviços de diagnóstico por imagem, com realização de exames de radiografia, ultrassonografia, tomografia computadorizada e endoscopia.

A estrutura física contempla ainda Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Adulto com 20 leitos, Centro Cirúrgico com três salas cirúrgicas, três salas de parto e 08 leitos de UTI Neonatal, destinados aos atendimentos dos nascimentos ocorridos na própria unidade.

Manutenção financeira da Associação

O Hospital tem como fonte de recurso, o repasse financeiro previsto na cláusula 7º do Contrato de Gestão e Termos Aditivos atinentes, e doações de pessoas físicas e jurídicas.

1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras, autorizadas para emissão em 23 fevereiro de 2026, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução nº 1.409 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 (R1) – relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e subsidiariamente a Legislação Societária.
2. **Bases para elaboração:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com o objetivo de fornecer informações relativas à totalidade das atividades operacionais da Casa de Saúde Santa Marcelina, realizadas por sua filial. Foram elaboradas para todos os aspectos relevantes, observando as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a ITG 2002 (R1). Estão demonstradas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma quando mencionado conforme descrito a seguir.

Resumo das principais práticas contábeis adotadas:

1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem numerário em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor;
2. **Estoque:** O custo dos estoques, baseado no método da média ponderada móvel, estão demonstrados ao custo histórico ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. É avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não superam o valor de mercado.

3. **Ativo imobilizado:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo histórico, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo;
4. **Férias e encargos a pagar:** Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes;
5. **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2);
6. **Contas de resultado:** O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência, exceto as receitas de doações e os rendimentos financeiros, que são registrados pela sua realização financeira;
7. **Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Entidade irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais, são reconhecidas como receita diferida no Balanço Patrimonial e transferidas para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil dos respectivos ativos. Demais subvenções governamentais são reconhecidas como receita em base sistemática e racional confrontada com as despesas que pretende compensar desde que atendidas as condições normativas. As subvenções governamentais recebidas como compensação por despesas ou prejuízos já incorridos ou com a finalidade de fornecer suporte financeiro imediato a Entidade, sem custos futuros relacionados, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas, conforme NBC TG 07 (R2);
8. **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas podem incluir o valor residual do ativo imobilizado, provisões para contingências, produção de serviços médicos e outros similares. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente; e,

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados substancialmente a saldos em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, assim distribuídos:

Descrição	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Aplicações Financeiras – Verba Custeio*	23.318.335
Total	23.318.335

* As aplicações financeiras são remuneradas a taxas variáveis entre 79,88% a 92,27% do CDI

1. CONTAS A RECEBER

O saldo a receber está substancialmente representado como segue:

Descrição	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Outras contas a receber	60.000
Total	60.000

1. OUTROS CRÉDITOS

Referem-se a adiantamentos a fornecedores de produtos e serviços.

Descrição	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Adiantamentos a fornecedores	44.370
Total	44.370

6. ESTOQUES

O estoque contém sobretudo, materiais hospitalares, drogas e medicamentos, materiais de consumo, para atendimento aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Os estoques existentes em 31 de dezembro estão assim discriminados:

Descrição	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Drogas e medicamentos	1.009.510
Produtos para laboratório	227.246
Produtos de limpeza	40.975
Órteses e próteses	38.577
Demais estoques	63.719
Total	1.380.027

1. IMOBILIZADO - NBC TG 07

Os ativos imobilizados são mensurados pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui seu preço de aquisição, acrescido de tributos sobre a compra e outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de funcionamento. A depreciação se inicia quando o ativo imobilizado está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento e é calculada usando o método linear.

As movimentações do imobilizado estão demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	Período de 01/08/25 a 31/12/25		
	AQUISIÇÃO	DEPRECIÇÃO	SALDO LÍQUIDO
Máquinas e Equipamentos	10.698	(13)	10.685
TOTAL	10.698	(13)	10.685

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Bens de Uso		
Máquinas e Equipamentos	10%	10.698
Subtotal (a)		10.698
(-) Depreciação Acumulada		(13)
Subtotal (b)		(13)
Total Imobilizado (a + b + c)		10.685

1. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Descrição	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Salários a Pagar	1.463.880
Pensão Alimentícia	1.493
Rescisões a Pagar	5.392
INSS a recolher	158.925
FGTS a pagar	159.806
Total	1.789.496

1. FÉRIAS E ENCARGOS

Descrição	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Férias	604.671
Encargos s/ Provisões	48.374
Total	653.045

1. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	Período de 01/08/25 a 31/12/25
IRRF sobre Salários	180.622
IRRF sobre Terceiros	93.266
IRRF sobre Autônomos	10.605
CSRF sobre Terceiros	154.742
ISS sobre Terceiros	15.009
ISS sobre Autônomos	870
INSS sobre Terceiros	82.050
INSS sobre Autônomos	1.631
Total	538.795

1. VERBAS DE SUBVENÇÕES

Referem-se a recursos recebidos e aplicados do Contrato de gestão como segue:

Período de 01/08/25 a 31/12/25						
Saldo anterior	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Doações	Consumo	Valores a Receber	Valor residual
-	38.794.410	452.700	3.771.187	(24.778.682)	60.000	18.299.615

“Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta Norma. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido” (Item 12, NBC TG 07 R2).

Valores recebidos - Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício.

Rendimentos financeiros - Trata-se de rendimentos das aplicações financeiras dos recursos repassados pela SES/SP, para realização das atividades do Contrato de Gestão.

Doações - Trata-se de materiais e medicamentos oriundos da gestão pública do estoque do Hospital Geral de Guaianases, transferidos pela SES/SP para gestão da Organização Social de Saúde Santa Marcelina por força da celebração do contrato de gestão.

Consumo: Demonstra os gastos que foram empregados na Organização Social de Saúde ao longo do exercício social.

Em 2025 para fazer frente as suas despesas de custeio e executar suas atividades, foi previsto um total de verba de custeio, conforme disposto nos instrumentos abaixo:

- Contrato de gestão nº 024.00057248/2025-21 - no valor de R\$ 38.794.410 (trinta e oito milhões, setecentos e noventa e quatro mil, quatro e dez reais), tem por objeto o repasse de recursos financeiros de Custeio para o Exercício de 2025.
- Termo Aditivo nº 01/2025 - no valor de R\$ 60.000 (Sessenta mil reais), tem por objeto o repasse de recursos financeiros de custeio, estabelecido pela Portaria 48/2015 (incorporada a Portaria 2.663/2019).

1. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Ao final do exercício de 2025 a assessoria jurídica não informou haver contingências para a Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Guaianases.

1. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em consonância com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, a entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título e aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.

A Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Guaianases, doravante denominada Hospital Geral de Guaianases aplica seus recursos exclusivamente nos objetivos do contrato de gestão. De acordo com o mencionado na Nota Explicativa nº 1, face ao contrato de gestão e execução dos serviços de saúde, os recursos financeiros destinados à Organização Social de Saúde

Santa Marcelina – Hospital Geral de Guaianases, doravante denominada Hospital Geral de Guaianases, são providos em sua maior parte, pela Secretaria Estadual de Saúde do Governo do

Estado de São Paulo. Nesse sentido, a entidade depende do recebimento regular e suficientes desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas pela Secretaria Estadual de Saúde do Governo do Estado de São Paulo para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro.

O saldo do Patrimônio Líquido, findo o exercício de 2025, foi nulo, e o resultado do período apresentou déficit de R\$ 760.997.

Em 2025, o Hospital Geral de Guaianases, para fins de suporte ao início de suas atividades, recebeu de sua matriz, Hospital Santa Marcelina de Itaquera, transferência de materiais e medicamentos no montante de R\$ 760.997.

Por decisão da Diretoria e em consonância com o Parágrafo Décimo Primeiro da Cláusula Sétima do Contrato de Gestão de 2025, a entidade classificou essa transferência como aporte patrimonial, resultando no aumento do Patrimônio Líquido da filial Hospital Geral de Guaianases e na correspondente redução do Patrimônio Líquido de sua matriz.

Em contrapartida, considerando que todo o ativo do Hospital Geral de Guaianases encontra-se vinculado a um passivo de verbas a realizar, a serem consumidas na execução das atividades pactuadas ou, em caso de eventual rescisão contratual, restituídas ao ente público, a entidade apresentou resultado deficitário. Tal procedimento decorre do fato de que, caso o resultado fosse nulo, o Patrimônio Líquido permaneceria positivo, podendo indicar, de forma inadequada, que parcela do patrimônio público integraria o patrimônio próprio da Organização Social.

1. VERBAS PÚBLICAS

As receitas são realizadas de acordo com o que consta na nota explicativa nº 2.f, conforme abaixo:

Receitas realizadas de Recursos do Contrato de Gestão	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Verbas Públicas	24.767.997
Total Receitas Realizadas Contrato de Gestão	24.767.997

1. PESSOAL E ENCARGOS

Descrição	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Pessoal Próprio	(7.078.470)
Benefícios	(246.404)
Encargos	(557.065)
Total	(7.881.939)

1. MEDICAMENTOS E MATERIAIS

Descrição	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Medicamentos	(1.064.995)
Materiais de Consumo	(3.084.232)
Total	(4.149.227)

1. ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Descrição	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Cartórios e autenticações	(97)
Total	(97)

1. SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Descrição	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Água e esgoto	(210.011)
Telefone e internet	(7.953)
Energia elétrica rateio	(167.545)
Total	(385.509)

1. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Descontos Obtidos	2.138
Subtotal (a)	2.138

Despesas Financeiras	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Despesas Bancárias	(2.130)
Subtotal (b)	(2.130)

Total (a+b)	8
--------------------	----------

1. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A entidade usufrui da isenção às Contribuições de Terceiros segundo disposto no art. 3º, § 5º da Lei 11.457/2007. Trata-se de benefício fiscal, pois, podendo instituir e cobrar o tributo, ocorre uma renúncia fiscal por meio do instituto da isenção.

Desta maneira, a fim de cumprir o item 27, "c" da ITG 2002 onde preconiza que, as demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas que contenham relação dos tributos objeto de renúncia fiscal, abaixo segue quadro com as devidas informações:

Descrição	Período de 01/08/25 a 31/12/25
Base de Cálculo - Ordenados e Salários	6.305.961
Percentual de Contribuição	5,80%
Valor da Contribuição	365.746

1. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade beneficente e filantrópica, que goza da imunidade aos Impostos nos termos do art. 150, VI, “c” da CF/88, bem como da imunidade às Contribuições para a seguridade social disposta no art. 195, §7º da CF/88. Para tanto a instituição cumpre integralmente com os requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do Código Tributário Nacional, bem como cumpre com os procedimentos da Lei Complementar 187/2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.

1. EVENTOS SUBSEQUENTES

Para execução das atividades atinentes ao Contrato de Gestão em 2026 está previsto que a entidade receberá a título de custeio o valor de R\$ 97.767.977 (noventa e sete milhões, setecentos e sessenta e sete mil e novecentos e setenta e sete reais) que onerará a rubrica 10.302.0930.4852.0000, no item 33 50 85 do Fundo Estadual da Saúde da Lei nº 141/2012, conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 26 de dezembro de 2025.

Ir. Rosane Ghedin	Rodrigo Ronald Henrique da Silva
Diretora Presidente	Contador
	CRC1SP290165/O-2

Cokinos Auditores e Consultores

Aos Administradores do

Hospital Geral de Guaianases “Jesus Teixeira da Costa”, Guaianazes – São Paulo

Opinião com ressalva

Auditamos as Demonstrações Contábeis do Hospital Geral de Guaianases “Jesus Teixeira da Costa”, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de agosto a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referida apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Geral de Guaianases “Jesus Teixeira da Costa”,

em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de agosto a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva – Estoques

Fomos contratados para a realização da auditoria apenas em fevereiro de 2026 e, diante a inexistência de contagem física na data-base, não foi possível aplicar procedimentos alternativos que nos permitissem obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto às quantidades e condições dos estoques registrados naquela data.

Os estoques estão registrados no balanço patrimonial pelo montante de R\$ 1.380.027, representando aproximadamente 5% do total dos ativos em 31 de dezembro de 2025. Consequentemente, não nos foi possível determinar se seriam necessários ajustes em relação aos estoques e os elementos que compõem o resultado do período.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Somos independentes da entidade e acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada.

Responsabilidade dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Somos independentes em relação ao Hospital Geral de Guaianases “Jesus Teixeira da Costa”, e a sua entidade gestora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Início das operações em agosto de 2025

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, que descreve que a entidade assumiu a gestão do hospital em agosto de 2025, iniciando suas operações sem a transferência de ativos, passivos ou patrimônio líquido da gestão anterior.

Consequentemente as demonstrações contábeis referem-se exclusivamente às operações ocorridas no período de agosto a 31 de dezembro de 2025, não havendo saldos iniciais decorrentes de exercícios anteriores.

Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis adotadas no Brasil, bem como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuidade operacional da entidade e pela divulgação, quando aplicável, dos assuntos relacionados com a continuidade operacional.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com essas normas, exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis;
- Planejamos e executamos procedimento de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança sobre, entre outros aspectos, o alcance e a época planejada dos trabalhos bem como as principais contatações de auditoria.

São Paulo, 03 de março de 2026.

COKINOS & ASSOCIADOS	JOSÉ LUIZ DE FARIA
Auditores Independentes S/S	Contador
CRC-2SP 15.753/O-0	CRC-1SP116.868/O-8